
A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa

Education in the hands of the financial market: studies on the role of investment funds in educational offer

Theresa Adrião
Universidade de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Campinas-Brasil
Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém-Brasil
André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Macapá-Brasil

Este Dossiê associa-se à pesquisa em andamento “O ensino privado-mercantil no Brasil: caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional” financiada pelo CNPq.

O marco analítico parte do pressuposto de que neste século, identifica-se ampliação nas estratégias para que a educação se transforme em oportunidade para expansão de “mercados”, na medida em que os provedores passam a ser constituídos por empresas privadas com fins de lucro ou a elas vinculados. Oliveira (2009, p. 74) lembra que, mesmo antes de segmentos educacionais serem arrolados como serviços pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, na sigla em inglês, é um acordo da Organização Mundial do Comércio -OMC_ que entrou em vigor em janeiro de 1995), o então secretário geral da OCDE, Angel Gurría, ao encerrar a conferência de Ministros de Educação daquela Organização em 2006, anunciava: “A educação é hoje uma mercadoria negociável. Tornou-se exportável, portátil e negociável”.

A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa

Estudos anteriores indicam que, no caso brasileiro, os grupos empresariais com atuação na educação básica emergem no final dos anos 1990 dos chamados “cursos pré-vestibulares” e crescem ao adotarem como estratégias, tanto a inserção no campo educação pública - por meio da venda de sistemas privados de ensino, de assessorias as redes públicas e à venda de livros para o Programa Nacional de livros Didáticos – PNLD, quanto a diferenciação de sua inserção na esfera da educação privada, por meio da criação de instituições de ensino de educação básica e, posteriormente, de ensino superior próprias e do estímulo a redes de escolas privadas franquizadas que adotam seus sistemas de ensino (Adrião *et al.*, 2012 e 2022).

Originários da educação privada, esses grupos empresariais ampliaram sua inserção primeiro incorporando estabelecimentos educacionais concorrentes de menor porte; depois, substituindo a incorporação física de escolas privadas menores ou deficitárias pela oferta de um conjunto de serviços e produtos padronizados e organizados, os Sistemas Privados de Ensino, na forma de franquias de suas “marcas” para estabelecimentos privados. Em um terceiro ciclo tem início com a incorporação de redes públicas de ensino às “carteiras” de clientes, para o que desenvolveram logísticas; produtos e serviços distintos das franquias privadas e, em geral, de menor qualidade (Adrião *et al.*, 2012; Garcia *et al.*, 2014). Em análise neste Dossiê, encontra-se o estágio atual de inserção de grupos ou *holdings* na condução da oferta educativa na educação básica constituídos ou vinculados a fundos de investimentos de capital aberto ou não, que passam a criar ou incorporar escolas privadas de educação básica. (Adrião; Domiciano, 2018; Adrião; Araújo, 2023).

No caso do Ensino Superior, estudos de Chaves e Amaral (2016) e Carvalho (2013) destacam que até 1997, nenhum estabelecimento educacional brasileiro de nível superior poderia ser comercial, condição alterada pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que se constituiu no primeiro instrumento legal a autorizar que as instituições de ensino superior pudessem “assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial” (Brasil, 1997).

Passadas duas décadas dessa liberalização, em 2007, as empresas educacionais iniciam suas trajetórias de abertura de capital na Bolsa de Valores e, rapidamente, tornam-se o setor educacional, proporcionalmente, mais lucrativo. De agosto de 2012 a agosto de 2014, o setor

educacional na bolsa de valores, formado por apenas 15 empresas, representava o mais lucrativo do mercado de capitais do Brasil. (Sguissardi, 2016).

O crescimento do mercado financeiro na educação explicita o alargamento dos processos de financeirização da economia (Bastos, 2013; Brettas, 2020). Essas inserções associam-se a formas contemporâneas de acumulação e valorização do capital coordenadas por instituições financeiras. Para Chenais (2015, p. 8):

sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais [...] que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos[...] São eles os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

Compreender como esta configuração do capitalismo se expressa no campo da educação privada brasileira, neste começo de década é o objetivo principal dos trabalhos que integram este Dossiê. São 14 artigos de pesquisadores nacionais e estrangeiros que abordam a análise da relação entre a financeirização e a educação, com destaque para processos efetivados no ensino básico e superior e a sua manifestação no âmbito das tecnologias educacionais digitais.

O primeiro artigo foi produzido por Bruno De Conti e Patricia Villen, com o título **Financeirização e educação: lógicas irremediavelmente irreconciliáveis**, no qual os autores destacam a lógica imediatista que prevalece na valorização do capital no mercado financeiro em contraposição aos tempos estendidos próprios dos processos educativos. Para os autores, a temporalidade é importante categoria para analisar as consequências da financeirização econômica para o campo educacional.

O debate específico sobre os efeitos da financeirização no campo da educação superior brasileira é desenvolvido em 7 artigos subsequentes. Os estudos apresentam abordagens e abrangências distintas para evidenciar as consequências deletérias da financeirização para o ensino público.

Quatro artigos fazem análises do cenário nacional. Samantha Castro Vieira de Souza e Vera Lúcia Jacob Chaves, com o artigo **Financeirização do Ensino Superior Privado-Mercantil e a atuação de Grupos Educacionais estrangeiros no Brasil**, destacam as repercussões deletérias desse processo na oferta educacional de nível superior no Brasil. As autoras analisam como a utilização da educação como "bem comum mundial", torna-se uma

A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa

mercadoria desnacionalizada capaz de gerar grandes lucros. Claudia Regina Baukat Silveira Moreira, no artigo **A “tempestade perfeita”: crise política, neoliberalismo, pandemia e mercado privado de Educação Superior no Brasil**, apresenta reflexões sobre os efeitos da crise institucional brasileira, iniciada em 2014, e da pandemia de Covid-19, que atinge o país a partir de 2020, sobre o mercado de educação superior, considerando particularmente a Cogna Educação. Fabíola Bouth Grello Kato, Tarcísio da Silva Cordeiro e Carolina Costa da Costa, no artigo **A governança corporativa como modelo de gestão das empresas educacionais financeirizadas: o caso do Grupo Ser Educacional S.A.**, analisam as repercussões das estratégias de gestão das empresas educacionais vinculadas a essa *holding* a partir da abertura de seu capital. O estudo destaca que o modelo de governança corporativa adotado pelo Grupo altera a política das empresas adquiridas com a incorporação à cultura do ensino híbrido e de tecnologias, com consequências sobre o trabalho docente. No artigo **Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira**, Marcelo Mocarzel, Mônica de Oliveira Lopes e Diego Jorge Ferreira apresentam os resultados de pesquisa bibliográfica, do tipo Estado da Arte, sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior no Brasil, apontando que a temática ainda tem pouca representatividade nas publicações em revistas bem avaliadas da área de educação.

André Rodrigues Guimarães, Adeildo Telles da Silva e Ari Fernandes Santos Nogueira fazem uma análise com recorte regional. No estudo **Financeirização do ensino superior no Brasil: inserção e atuação da Cogna Educação na região Norte**, os autores constatarem as distintas formas, em movimentos articulados, da inserção do Grupo na região Norte do Brasil, com destaque para a utilização da Educação à Distância (EaD). Rhoberta Santana de Araújo, analisa a atuação do mesmo Grupo na Paraíba, estado da região Nordeste do Brasil, com o artigo **Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba**. A autora elucida como essa *holding* atua para minimizar os efeitos da crise econômica em suas instituições, implicando em processos de expansão da EaD e do chamado ensino híbrido. Já Marilda de Oliveira Costa, Adriana Rodrigues dos Santos Brito e Ualter dos Santos Rojas, destacam os efeitos da financeirização sobre o trabalho docente na Universidade de Cuiabá, no Mato Grosso, pertencente à *holding* Cogna Educação. No texto **Financeirização e oligopolização do Ensino Superior em Mato Grosso e a condição**

do trabalho docente na Universidade de Cuiabá (UNIC), os autores analisam as implicações da vinculação dessa Universidade à Kroton Educacional para o trabalho docente, com destaque para as formas de contratação, remuneração, regime de trabalho, atribuições, formação docente, tempo de trabalho na instituição e demissões.

Os interesses do mercado financeiro também estão presentes nas estratégias de corporações tecnológicas. Esse é o mote que orienta o artigo de Bonilla- Molina, desenvolvido no âmbito da Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación. Com o título **Inteligencia Artificial, transformación digital de la educación y mercado de inversiones**, a reflexão considera as consequências para o direito à educação pública decorrente da aceleração da inovação científica e tecnológica orquestrada por corporações, especialmente da transformação digital da Educação e da Inteligência Artificial. Em uma perspectiva aplicada, os artigos de Raimundo da Silva Lima e Cristina Helena Almeida de Carvalho e Allan Kenji Seki debruçam-se sobre casos específicos de atuação de *Edtechs*, como são designadas as tecnologias educacionais digitais. No primeiro caso, **Edtechs e cursos de medicina: novas estratégias das grandes empresas educacionais na educação superior**, os autores analisam a atuação de grupos educacionais brasileiros listados na bolsa de valores – Cogna, Yduqs, Afya, Anima e Ser Educacional – para a aquisição de *edtechs* e de cursos de medicina, este último considerado um nicho de mercado diante da desregulamentação da oferta da educação superior no Brasil. No segundo artigo, **Relações entre capitais de ensino, monetários e tecnologias educacionais digitais: um estudo de caso da Arco Educação**, um estudo de caso, Seki analisa a Arco Educação, conglomerado brasileiro de sistemas privados de ensino que, em 2018, realiza a oferta pública de ações em Nova York e passa a concentrar suas atividades, no que designa como indústria de plataformas educacionais digitais.

Por fim, o Dossiê é integrado por três artigos que analisam formas de financeirização da educação em sua etapa obrigatória. O primeiro intitulado **Educação básica brasileira e mercado financeiro: estudo de empresas do setor educacional com capital aberto - 2013 a 2022**, de autoria de José Quibao Neto e Theresa Adrião, analisa dados financeiros das três empresas que, entre 2013-2022, possuíam capital aberto no Brasil e atuavam na educação básica: Anima, Bahema e Cruzeiro do Sul. Felipe Araujo, autor de **Desvendando os labirintos da financeirização na educação básica: perspectivas sobre a Holding Eleva Educação**, com base na revisão bibliográfica tratada pelo software Gephi, destaca a atuação do Grupo nas

cinco regiões brasileiras com aporte de fundos de investimento estrangeiros. O último artigo, **Salta Educação no Rio de Janeiro: o caso do Elite Rede de Ensino**, de autoria de Karine Vichiect Morgan, Leandro Sartori e Luciane da Silva Nascimento, centrou-se na análise da “Elite Rede de Ensino”, para compreensão da expansão da oferta educacional privada na educação básica adotada pela holding Salta Educação no estado do Rio de Janeiro.

As análises realizadas neste Dossiê contribuem com a necessária compreensão da financeirização da educação. Assim sendo, os estudos somam-se ao esforço de ampliação quantitativa e qualitativa da investigação científica sobre a temática. Ao mesmo tempo, possibilitam, ao evidenciar os efeitos deletérios da financeirização para a educação pública, o também necessário enfretamento a tal processo.

Referências

ADRIÃO, T.; ARAUJO, F. Privatização da educação no contexto de financeirização da economia: a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 17, jan. 2023. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/86124>

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. G. ; BORGHI, R. ; Bertagna, R. ; PAIVA, G. ; XIMENES, S. B. **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA: REVISTA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**, v. 8, p. 1-18, 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. G. ; BORGHI, R. ; ARELARO, L. R. G. . As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 33, p. 533-549, 2012.

BASTOS, P. P. Z. **Financeirização, crise, educação: considerações preliminares**. Texto para Discussão, IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 2.306, DE 19 DE AGOSTO DE 1997. Regulamenta, para o sistema federal de ensino, as disposições contidas no art. 10 da medida provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 54 jul.- set. 2013.

CHAVES, V. L. J., AMARAL, N. C. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil – O PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educ. rev.**, v. 32 n. 4, Belo Horizonte, Out./Dez. 2016.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, V.5, 2015. <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>

GARCIA, T. O. G. ; CORREA, B. C. ; ARELARO, L. R. G. ; ADRIÃO, T. ; BORGHI, R. ; Bertagna, R. . Sistemas privados de ensino em escolas municipais paulistas: implicações para o planejamento e o trabalho docente. In: Denise Trento E de Souza; Flavia Medeiros Sarti (Org.). **Mercado de formação docente: constituição, funcionamento e dispositivos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 263-291.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade** (Impresso), Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

SGUISSARDI, V.. Educação Superior no Brasil – refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. (Org.). **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2016, v. 1, p. 17-56.

Sobre os autores

Thereza Adrião

Pedagoga, mestre e doutora em Educação USP e Livre Docente pela UNICAMP. Docente do Programa de PPPGE UNICAMP e Professora Visitante da UFBA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE- UNICAMP) e Coordenadora da Rede de Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (Relaappe-RELAPE/<https://www.rede.fe.unicamp.br/pt-br>). E-mail: theadria@unicamp.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1181-5873>.

Vera Lúcia Jacob Chaves

Socióloga e Pedagoga, Doutora em Educação pela UFMG, realizou pós-doutorados no exterior. Professora Titular aposentada da UFPA. Atualmente é professora Visitante Sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, bolsista produtividade 1D/CNPq e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior (GEPES) e da rede UNIVERSITAS/BR. Integra o Conselho editorial de várias revistas científicas da área da educação e o Comitê Assessor da área da Educação do CNPq. E-mail: veraluciajacob@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/000-0003-3128-3659>.

André Rodrigues Guimarães

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professor de Política Educacional na Universidade Federal do Amapá. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, Trabalho e Políticas Educacionais (GEMTE/UNIFAP). E-mail: andre@unifap.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1153-0771>.